

REGISTRO DE REUNIÃO

Nome: Reunião Ampliada dos Núcleos do Sistema Prisional do CRP-RS

Data da Reunião: 15.03.2017, 13h30 às 17h

Quórum: Estiveram presentes cerca de 100 participantes.

Pauta Única: Projeto de Lei Complementar Nº 245 de 2016

Assunto: Projeto de Lei Complementar Nº 245 de 2016

Encaminhamentos: Em 15.03.2016, das 13h30 às 17h, os técnicos superiores penitenciários (categoria composta por profissionais das áreas do Direito, Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Odontologia, Serviço Social e Psicologia) da Superintendência dos Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul foram convidados a participar de “Reunião Ampliada entre os Núcleos do Sistema Prisional do CRP-RS” (cujas reuniões ocorrem de maneira descentralizada na Sede, na Subsede Centro-Oeste e na Região Norte do estado) para discutir o Projeto de Lei Complementar Nº 245 de 2016 (PLC 245/2016) protocolado em 22 de novembro do corrente ano pelo Poder Executivo Estadual do Rio Grande do Sul junto à Assembleia Legislativa. A proposta, que pretende alterar a Lei Complementar Nº 13.259, de 20 de outubro de 2009, que dispõe sobre o Quadro Especial de Servidores Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul, da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), é uma das vinte e duas medidas que compõem o chamado “Pacote do Governo Estadual” e está disponível em publicação de 23 de novembro de 2016 do Diário Oficial da Assembleia Legislativa e em divulgação da Agência de Notícias da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Atualmente, no Artigo 2º da Lei Complementar Nº 13.259, de 20 de outubro de 2009, estão previstos os cargos de Agente Penitenciário Administrativo, Agente Penitenciário, Técnico Superior Penitenciário e Quadro de Cargos em Extinção que integram o provimento efetivo de servidores da SUSEPE. No PLC 245/2016 é apresentada a unificação dos quadros das categorias funcionais constantes no *caput* para Guardas Prisionais submetidos ao regime de Dedicção Exclusiva. A reunião foi aberta a todos técnicos superiores penitenciários e aconteceram na Sede do CRP-RS em Porto Alegre (Avenida Protásio Alves, nº 2854, 4º Andar), na Subsede Centro-Oeste em Santa Maria (Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1709, Sala 401) e na Faculdade IMED em Passo Fundo (Rua Senador Pinheiro, nº 304, Bloco A, Sala 205), uma vez que os três espaços estiveram conectados em teleconferência. Entre as preocupações dos servidores esteve a questão de que, se o PLC 245/2016 for aprovado, os cargos de agente penitenciário, agente penitenciário administrativo e técnico superior penitenciário serão extintos, bem como todo o plano de cargos e salários dos servidores penitenciários no Rio Grande do Sul, e a mudança afetará ativos, inativos e a sociedade em geral. O Núcleo do Sistema Prisional, espaço de debate sobre o sistema prisional existente há 14 anos no CRP-RS, esteve a pauta desde novembro passado: em 20.12.2017 foi lançada Nota em Contrariedade ao PLC 245/2016; em 10.02.2017 a conselheira do CRP-RS Fernanda Facchin Fioravanzo participou de reunião na Associação dos Técnicos Superiores Penitenciários do Rio Grande do Sul (APROPENS); em 20.02.2017 os Conselhos de Categoria que compõem o quadro técnico dos servidores penitenciários – Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Regional de Enfermagem, Conselho Regional de Farmácia, Conselho Regional de Nutrição, Conselho Regional de Odontologia e Conselho Regional de Serviço Social – juntamente com APROPENS, estiveram

em reunião na Sede do CRP-RS; em 21.02.2017 representantes do CRP e da APROPENS estiveram reunidos com a bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembleia Legislativa para tratar da tramitação do Projeto; e em 07.03.2017, o CRP-RS, juntamente com APROPENS participou de reunião com bancada do Partido Democrático Trabalhista (PDT) também com a mesma pauta. A atividade contou com a participação dos conselheiros Fernanda Facchin Fioravanzo, Bruno Graebin de Farias e Patrícia de Moraes Silva, dos colaboradores Gabriel Marcelo Moresco e Rejane Lazzarotto, e da presidenta da APROPENS Luciane Engel na coordenação dos trabalhos. Como encaminhamento desta reunião, será organizada uma Audiência Pública a ser realizada na Assembleia Legislativa a fim de barrar o andamento do projeto de lei complementar.

Próxima reunião: 19.04.2017 (terceira quarta-feira do mês), 13h30 às 16h30.